Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Marinho e o Centrão

O primeiro grande teste da base governista em 2027 será a eleição dos presidentes das duas Casas do Congresso. Até aqui, o senador Rogério Marinho (PL-RN) conseguiu o que muitos consideravam impensável: rachar o Centrão. Foi a unidade do grupo que deu a Davi Alcolumbre (União-AP) 73 votos, em 2025. Até agora, o que se diz é que Alcolumbre ainda não tem metade mais um dos 81 senadores. E a Casa está dividida entre Marinho e Tereza Cristina (PP-MS).

Os desafios de Tereza I

Pré-candidata a presidente do Senado, a líder do Progressistas enfrenta dificuldades para juntar votos capazes de levá-la ao segundo turno. Porém, se chegar, é considerada o nome com mais chances de derrotar Alcolumbre. Até aqui, apresentou a plataforma mais completa, delineado em artigo publicado neste fim de semana em *O Estado de S.Paulo*.

Os desafios de Tereza II

O artigo de Tereza Cristina indica que ela começa com uma campanha de fora para dentro do Senado. Ela vai buscar a sociedade organizada. Fala, por exemplo, da instalação do Conselho de Ética, algo que até aqui Alcolumbre nao levou adiante. No universo daqueles que votam para presidente do Senado, há muitos com receio de serem levados a dar explicações ao colegiado. Ou seja, para alguns senadores, a instalação do Conselho de Ética não é prioridade.

Apostas na Câmara

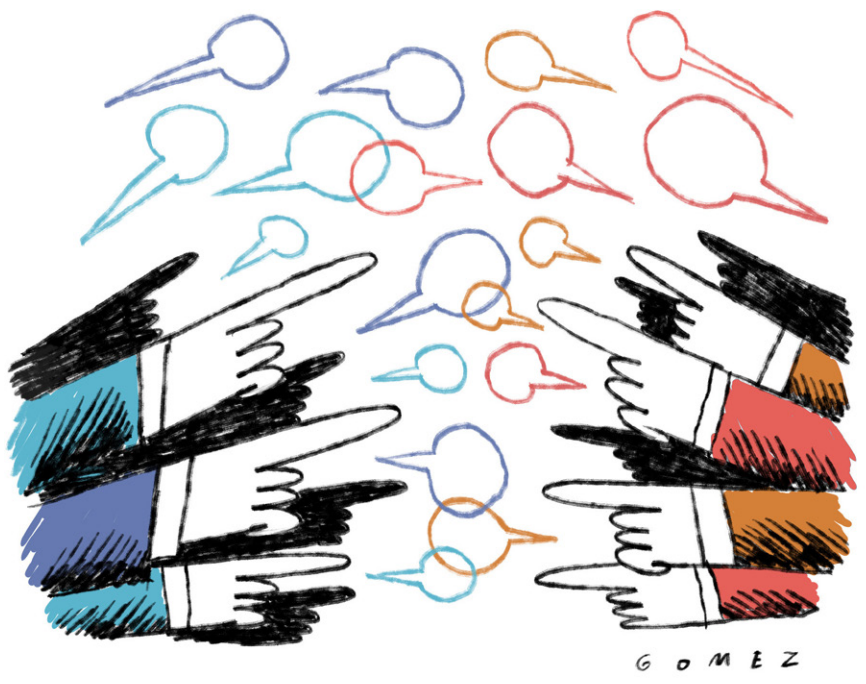
A avaliação do PT é de que o pacote fiscal não terá dificuldade de aprovação pelos deputados. Os problemas do governo estão e estarão concentrados no Senado.

As pautas de cada um

Os petistas saíram dessa temporada eleitoral com a certeza de que o eleitor lhes deu carta branca para que sua bancada proceda a taxação dos super-ricos e tudo o que possa estar relacionado ao pagamento de impostos por parte do grande empresariado e do mercado financeiro. Enquanto isso, os bolsonaristas, derrotados na eleição presidencial, porém vitoriosos no Parlamento, acreditam que precisam preservar a atual distribuição da carga tributária, sem aumentar nenhum centavo para qualquer segmento. Ainda consideram ter recebido passe livre para garantir a anistia dos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023 e, se possível, promover impeachments de ministros do Supremo Tribunal Federal.

A briga daqui para frente será saber qual será o meio-termo na hora de empreender essa agenda. Até aqui, todos estão certos da necessidade de reforma do Judiciário e da organização dos impostos de forma a garantir o pagamento de programas sociais, mas ninguém tem maioria para impor seu modelo. Os movimentos do Congresso rumo a 2027 e a capacidade de negociação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vão mostrar quem terá mais força nessa queda de braço.

No caso do PT... / Os projetos de aumento de impostos foram apresentados na semana passada e vão na contramão da necessidade de economia de recursos. A intenção do PT é tentar aprovar alguma das propostas ainda este ano. Só tem um probleminha: esse jogo não está combinado com o Centrão, o detentor dos votos para aprovar as propostas. E, a contar pela conversa nos partidos de centro, não é por aí que se dará o equilíbrio das contas públicas.



CURTIDAS

Ed Alves/CB/D.A Press



A visão do decano/ Em eventos pelo Brasil afora, o ministro Gilmar Mendes **(foto)**, do STF, tem feito vários alertas ao falar da reforma do Judiciário. A palavra que ele mais usa é "cuidado" ao tratar desse tema.

Exemplos/ Recentemente, Gilmar mencionou o fortalecimento da primeira instância como "algo que deu errado". Citou, inclusive, a Lava-Jato como algo que se consolidou como o grande escândalo do Poder Judiciário, falando do caso do triplex, que está comprovado não ser do presidente Lula.

Eles não esqueceram/ Questões do Enem 2026 sobre o agronegócio voltaram a provocar controvérsia. O agro não gostou de ver abordagens que podem induzir a interpretações distorcidas sobre a contribuição do setor para a segurança alimentar. Em um dos pontos da prova, o enunciado relaciona a fome no Brasil ao modelo agroexportador de commodities, mas deixa de contextualizar a estrutura de ciência, tecnologia e inovação que sustenta a produção agropecuária nacional.

Viralizou/ Nos corredores da COP31, na semana passada, um internauta pergunta à ex-ministra Marina Silva o que ela teria a dizer sobre as operações do Ibama contra o garimpo ilegal nas terras indígenas. A resposta é curta: "Dracarys". Os fãs de Game of Thrones ficaram surpresos. É a expressão usada quando um dragão recebe a ordem para abrir fogo contra o inimigo. Vai com tudo, Ibama!

JUDICIÁRIO

Jornada 5 x 2 no plenário do STF

Fux suspende julgamento virtual, mas liminar de Dino segue valendo, mantendo início da nova regra para 16 de dezembro

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, apresentou, ontem, um destaque no julgamento virtual sobre a transição da escala 6 x 1 para a 5 x 2. Isso leva o processo para o plenário físico da Corte, sem data para a retomada do caso. A sessão extraordinária começou às 11h de sexta-feira e, inicialmente, terminaria às 23h59 de amanhã.

No plenário virtual, os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes acompanharam o voto do relator Flávio Dino. O placar, até então, estava em 4 x 0 pela confirmação das regras definidas pelo relator para o início da escala 5 x 2 em 16 de dezembro. Com a decisão de Fux, volta tudo à estaca zero.

Mas, para o tema ser analisado no plenário, é preciso que o presidente da Corte, Edson Fachin, o paute — e não há prazo para isso. Dessa forma, a liminar de Dino continua valendo, o que representa que não somente está mantido para 16 de dezembro a entrada em vigor da escala 5 x 2 como também, na primeira etapa da transição, a jornada de 42 horas semanais seja distribuída em cinco dias — ficariam 8h24, sendo que esses 24 minutos não seria contados como horas extras. A regra vale mesmo se não houver acordo ou convenção coletiva até 15 de dezembro.

O entendimento de Dino busca solucionar um impasse apresentado por entidades representativas do setor empresarial, que questionaram as condições para implementação da mudança. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) alegaram que o prazo para negociação coletiva era insuficiente. Argumentaram, também, que a ausência de acordos poderia inviabilizar a aplicação da nova jornada ou gerar custos adicionais com o pagamento de horas extras.

Transição

Ao analisar a questão, Dino estabeleceu que a transição será preservada, mesmo se empregadores e sindicatos não chegarem a um entendimento até 15 de dezembro. A decisão também flexibiliza a organização dos dias de descanso. O ministro afastou limites rígidos para a compensação dos repousos remunerados, permitindo que convenções e acordos coletivos estabeleçam a distribuição das folgas conforme as particularidades de cada atividade.

A medida contempla setores com demandas sazonais ou funcionamento diferenciado, como comércio, turismo, agronegócio e operações marítimas. O direito aos dois dias de descanso, entretanto, deverá ser integralmente respeitado. Caso não haja consenso nas negociações nos primeiros 90 dias, os ministérios do Trabalho e da Indústria e do Empreendedorismo poderão editar uma portaria conjunta temporária para disciplinar a compensação.

Rosinei Coutinho/STF



Ministro Luiz Fux apresenta destaque, obrigando reiniciar discussão

SEGURANÇA PÚBLICA

Crise na PF interfere em nova pasta

» RENATO SOUZA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem evitado superdimensionar a crise na Polícia Federal, a primeira do Executivo desde o resultado vitorioso das eleições. No entanto, a situação não poderá ser ignorada na decisão sobre a nova composição da Esplanada. De acordo com interlocutores, Lula foi orientado a não levar o problema que atinge a corporação e envolve o diretor-geral, Andrei Rodrigues, para seu quarto mandato. A decisão impacta diretamente em uma das promessas de campanha do petista: a criação do Ministério da Segurança Pública. O presidente reitera sua confiança no delegado e resiste em deixá-lo fora do comando da instituição.

A decisão deve ser tomada nesta semana, após ele retornar ao Brasil.

A nova pasta terá origem a partir do desmembramento do Ministério da Justiça, que será mantido, mas sem algumas atribuições. O presidente deve criar o novo ministério por meio de uma medida provisória. A iniciativa foi confirmada em meio a elogios ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da segurança pública. "Alcolumbre cumpriu com a palavra dele e botou para votar a PEC da Segurança Pública e foi aprovada por 73 votos. Já vamos fazer a primeira discussão porque eu vou mandar a Medida Provisória criando o Ministério da Segurança Pública, discutindo dinheiro para a gente investir", disse.

Expectativas

A Polícia Federal deve ser transferida para a nova pasta. Mas o chefe do Executivo tem sido orientado a não enviar junto uma das crises mais expressivas na corporação e Andrei Rodrigues está no centro da polêmica. O ápice foi na semana passada, quando foram afastados dos cargos de chefia os delegados Daniel Cola e Wedson Cajé. Eles atuavam na Coordenadoria-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro e eram responsáveis pela condução das investigações do caso Master.

A decisão teria partido de Andrei e ocorreu após o envio pela PF de relatórios ao Supremo Tribunal Federal (STF) citando a citação a ministros da Corte nas investigações da Operação Compliance Zero, do Banco Master. Os relatórios foram solicitados pelo ministro Edson Fachin, presidente do Tribunal, mas não teriam atendido todos os requisitos e orientações impostos pelo magistrado.

Em nota, a Polícia Federal informou que "não se manifesta sobre atos de gestão de pessoal de forma individualizada". Porém, a corporação destacou que "as designações e dispensas de funções de confiança do órgão (Funções Comissionadas Executivas - FCEs) são atos de gestão relacionados à organização interna da instituição, pautados por critérios de conveniência e oportunidade administrativa".

A Associação dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) saiu em defesa dos delegados e criticou a gestão de Andrei. O posicionamento da entidade foi tornado público após o diretor-geral da PF realizar sua desfiliação dos quadros de membros da associação. Ele manteve sua filiação por 24 anos.

Críticas

Em nota, a ADPF criticou o afastamento dos delegados que atuam no caso do Banco Master das funções de chefia e criticou a atual gestão da corporação, sem citar Andrei nominalmente. "A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) manifesta repúdio ao afastamento de dois delegados de suas funções na Coordenação-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro, ocorrido um dia após a conclusão de relatórios destinados a identificar menções a ministros do Supremo Tribunal Federal nas investigações do caso Master, por determinação do presidente da Corte", diz a entidade.

O texto fez críticas à gestão da Polícia Federal. "O episódio também evidencia, na avaliação da entidade, uma postura recorrente da atual direção da Polícia Federal, marcada por atos que contrariam princípios historicamente observados pela instituição, como o respeito à condução dos inquéritos por seus respectivos presidentes e o necessário distanciamento da gestão em relação à atividade de polícia judiciária", ressalta.

O processo de desgaste do diretor-geral da PF vem desde outubro. O próprio Lula disse que repreendeu Andrei por ele ter participado de um evento de degustação de uísque em Londres promovido pelo banqueiro Daniel Vorcaro (do Banco Master) em 2024. Porém, o presidente também disse que ter aceitado as explicações do assessor.